

São Paulo/RS, 31 de janeiro de 2020.

À Comissão de Licitações –
Município de Tubarão/SC

REF: Tomada de Preços Nº 002/2020

TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.472.805/0001-38, com sede na Rua Alferes Magalhães, nº 92, sala 77, Bairro Santana no Município de São Paulo/SP, *empresa atuante no ramo do objeto licitatório e interessada em participar da licitação em referência*, nos termos da Lei 8.666/93, vem, por seu representante legal infrafirmado, apresentar IMPUGNAÇÃO contra exigências do Edital em referência, por entendê-las ilegais porque contrárias a legislação aplicável, suscitando para tanto as razões de fato e de direito a seguir deduzidas..

1. **Preâmbulo**

Trata o presente Processo Licitatório Tomada de Preços nº 02/2020, de busca de empresas aptas à *“contratação de empresa especializada para construção de uma ponte sobre o Rio Corrêa, localizada na Rua Sílvio Búrigo, bairro Monte Castelo no município de Tubarão/SC”*, nos termos do edital de regência.

Entretanto, o Instrumento Convocatório do certame em epígrafe, subscrito por Vossa Senhoria, importante equívoco, na medida em que contraditórios o projeto tido como base para o lançamento da licitação, com as exigências de qualificação técnica exigidas, o que contraria a legislação em epígrafe, como passa a expor.



2. Dos Fatos e Fundamentos

2.1 Da divergência entre Projeto e Exigências de Qualificação técnica

Douta Comissão de Licitações.

No item 4.1.3 do edital de regência, foram enumeradas as exigências de qualificação técnica pretendidas pela Administração de Tubarão/RS à comprovação pelas licitantes interessadas em participar do processo licitatório em epigrafe.

E nos itens b.1.4 e b.1.5, assim está especificado:

b.1.4 Pós-tensão de 18 cordoalhas Diâm. 12,7mm = 4 un;

b.1.5. Lançamento de viga pós-tensionada de 21,40 m (50 tf) com guindaste = 4;

Assim, pelo que se percebe do edital do certame, as exigências da Administração são para que as Licitantes apresentem, em seus atestados, já terem experiência com vigas pós-tensionadas.

No entanto Preclara Comissão, o projeto tido como amparo ao presente edital a configurações técnicas para tal serviço são diametralmente opostas. Vale dizer, o projeto estabelece vigas pré-tensionadas, sendo esta forma entendida pela equipe técnica de especialistas a melhor forma de atender aos anseios da Administração.

Assim, não pode o edital estabelecer exigências que sequer encontram-se presentes no projeto que ampara a necessidade Administrativa, sob grave ofensa à segurança da própria Administração de Tubarão/RS.



Ante a tais elementos, resta flagrante que as exigências acima destacadas contrariam diretamente a previsão do dispositivo atinente da Lei de Licitações (Art.30), que determina:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:
(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

(...)

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Vale dizer, as parcelas relevantes – e isso foi reconhecido pela Administração ao estabelecer as exigências no edital – estão contraditórias entre o projeto, pelo qual a insegurança e a falta de clareza pode trazer enormes transtornos ao próprio processo.

Por isso essa breve intervenção em impugnação, como forma de evitar a insegurança jurídica que a contradição acima destacada traz a todos os participantes do processo e com o fim de retificar o edital nos itens acima destacados, para que ao invés de pós-tensionadas, as exigências estejam em conformidade com o projeto que a ampara, para vigas pré-tensionadas.

3- **DOS REQUERIMENTOS**

Em face do exposto, requer a Impugnante:


3.1. A atribuição de efeito suspensivo a presente Impugnação, com a paralisação do trâmite do mesmo, até decisão final do presente, nos termos do Art. 109, §2º, da Lei de Licitações;

3.2 Retificar o edital de regência, para o fim de alterar os itens b.1.4 e b.1.5, alterando-se para que as exigências refiram-se a vigas pré-tensionadas, nos termos da fundamentação acima.

3.4 No mérito, acolher os argumentos acima narrados, renovando o lançamento do edital com as alterações pretendidas.

Pede e Espera Deferimento

São Paulo/SP, aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2020.


TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.
Sandra Salete Scariot
Procuração nº 25879